

Objetivo

Capacitar os Servidores Públicos Municipais para utilizar técnicas legislativas e procedimentos apropriados para atuar na gestão administrativa, contábil e financeira do Legislativo Municipal com o intuito de profissionalizar a Administração Pública.

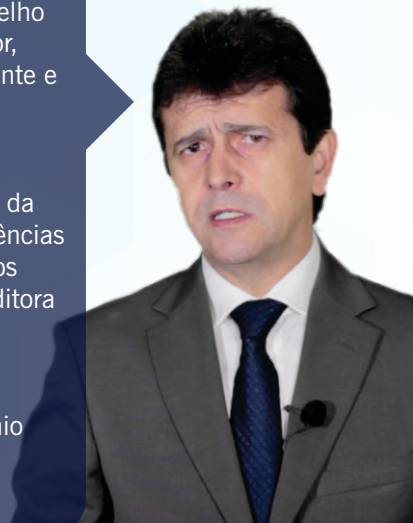
Criar formas simples e práticas para inovar a ação dos Vereadores e Servidores que integram o corpo do Legislativo Municipal, evitando prejuízos e morosidade no atendimento ao cidadão.

Metodologia Aplicada

Palestra expositiva, metodologia de aferição de resultados, mensuração, avaliação, reavaliação, depreciação, impairment, ajuste, intangível, amortização, bens de uso comum, e etc. Casos práticos e modelos de atos normativos de controle interno.

Facilitador

Prof. Milton Mendes Botelho
Professor, Contador, autor,
escritor, auditor, palestrante e
coordenador de cursos.
Especialista em
Administração Pública e
Direito Público, Membro da
Academia Mineira de Ciências
Contábeis, autor de vários
livros publicados pela Editora
Juruá na área da
Administração Pública
Municipal e Gestão
Administrativa, Patrimônio
Público Municipal



Público Alvo

Servidores que trabalham diretamente no Legislativo Municipal, Vereadores, Controlador Interno, Contador, Assessores e demais servidores.



Quadra 106 Norte, Av. JK, Conj. 01, Lote 24, Sala 102
Plano Diretor Norte - Palmas-TO
CEP: 77.006-044

(63) 3215-0357 / 8445-4532 / 9283-8298

icogesp@icogesp.com.br



É você que define
a direção de sua Gestão.



CURSO

Gestão do Legislativo Municipal e Técnicas Legislativas

05 e 06
DE DEZEMBRO
Palmas/TO
16h

07 e 08
DE DEZEMBRO
Pedro Afonso/TO
16h

Estudos e aprimoramentos da Gestão do Legislativo Municipal, apresentando procedimentos atualizados para normatizar e orientar os legisladores municipais no desempenho de suas funções, garantindo a correta e eficiente aplicação do dinheiro público.

Conteúdo Programático

■ PROCESSO E TÉCNICAS LEGISLATIVAS ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

- 1 – O Poder Legislativo Municipal
 - 1.3.1 – Função Legislativa
 - 1.3.2 – Função Fiscalizadora
 - 1.3.3 – Função Administrativa
 - 1.3.4 – Estrutura da Câmara Municipal

■ PROCESSO LEGISLATIVO

- 1 – Conceito
- 2 – Processo Legislativo Municipal

■ ATOS LEGAIS E SUAS FINALIDADES

- 1 – Atos Legislativos
 - 1.1 – Lei
 - 1.2 – Tipos de Lei
 - 1.3 – Outros Atos Legislativos
- 2 – Atos Administrativos

■ ATIVIDADE LEGISLATIVA

- 1- Vereadores: Direitos e Deveres
- 2 – Legislatura
- 3 – As Sessões Legislativas
- 4 – A Importância da Estrutura da Câmara na Atividade Legislativa
 - 4.1 – Mesa Diretora
 - 4.2 – Plenário
 - 4.3 – Comissões

■ INICIATIVA DE PROPOSIÇÃO

- 1 – Tipos de Iniciativa
 - 1.1 – Iniciativa do Executivo
 - 1.2 – Iniciativa do Legislativo

■ TRAMITAÇÃO

- 1 – Recebimento das Proposições
- 2 – Encaminhamento às Comissões
- 3 – Discussão
- 4 – Deliberação e Quórum
- 5 – Votação
- 6 – Retirada de Projeto
- 7 – Elaboração Legislativa Especial
- 8 – Orçamento
- 9 – Códigos
- 10 – Participação dos Cidadãos
- 11 – Aprovação e Autógrafo

■ AÇÕES DO PODER EXECUTIVO

- 1 – Sanção
- 2 – Veto
- 3 – Promulgação

■ PUBLICAÇÃO, VIGÊNCIA E VACÂNCIA

- 1 – Publicação
- 2 – Vigência
- 3 – Vacância

■ TÉCNICA LEGISLATIVA E ESTILO DE REDAÇÃO

- 1 – Conceito de Técnica Legislativa
- 2 – Estilo de Redação

■ FUNÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES

- 2.1 Função de Legislar
- 2.2 Função de Fiscalizar
 - 2.2.1 Órgãos Auxiliares na Função de Fiscalizar
 - 2.2.1.1- Tribunal de Contas
 - 2.2.1.2 – Sistema de Controle Interno do Executivo
 - 2.2.1.3 – Ministério Público
 - 2.2.1.4 – Comissão Especial de Inquérito
 - 2.2.2 Audiência Pública
 - 2.2.2.1 – Metas Fiscais
 - 2.2.2.2 – Riscos Fiscais
 - 2.2.2.3 – Avaliação das Metas Fiscais
 - 2.2.2.3.1- Aplicações Financeiras
 - 2.2.2.3.2 – Alienação de Ativos
- 2.3 Função de Julgar
- 2.4 Função de Assessorar o Executivo
- 2.5 Função de Administrar da Câmara Municipal
 - 2.5.1 Tesouraria da Câmara
- 2.6 Legislatura
- 2.7 Sessão Legislativa
- 2.8 Recesso Parlamentar
- 2.9 EC. 86.

■ EMENDAS IMPOSITIVAS AO ORÇAMENTO PELOS VEREADORES.

- Propostas pelos Vereadores

■ PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

- 3.1 Autonomia Financeira da Câmara
- 3.2 Plano Plurianual
- 3.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias
- 3.4 Lei Orçamentária Anual
- 3.5 Competência em Matéria Orçamentária
 - 3.5.1- Dotações Orçamentárias da Câmara Municipal
- 3.6 Créditos Suplementares
- 3.7 Créditos Especiais
- 3.8 Créditos Extraordinários
- 3.9 Competências para Abrir Créditos Suplementares às Dotações Orçamentárias do Legislativo

■ DUODÉCIMO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

- 4.1. Repasse à Câmara Municipal
- 4.2 Deduções na Base de Cálculo de Repasse
- 4.3 Gastos com Inativos
- 4.4 Dotações Orçamentárias X Limite Constitucional

■ CONTABILIZAÇÃO DO REPASSE

- 5.1 Receita
 - 5.1.1 Devolução de Recursos à Tesouraria do Executivo
 - 5.1.2 Aplicação de Recursos Financeiros Repassados à Câmara
- 5.2 Despesa

■ QUADRO DE COTAS DO LEGISLATIVO

- 6.1 Descumprimento do Quadro de Cotas

■ OS LIMITES

- 7.1 Limite de Gastos com os Vereadores
- 7.2 Limite de Gastos com a Folha de Pagamento do Legislativo
- 7.3 Limite de Gastos com Pessoal do Legislativo

■ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO LEGISLATIVO

- 8.1 Análise Financeira do Legislativo
- 8.2 Análise da Disponibilidade Financeira
- 8.3 Retenções e Repasses

■ CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS

- 9.1 Prestação de Contas da Câmara
- 9.2 Tomada de Contas Especial

■ SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

- 10.1 Fixação dos Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais
- 10.2 – Fixação dos Subsídios dos Vereadores
 - 10.2.1 – Subsídio do Presidente da Câmara
- 10.3 – Regras para Fixação dos Subsídios
- 10.4 – Revisão Geral dos Subsídios dos Vereadores
 - 10.4.1 – Data-base para conceder a revisão geral
 - 10.4.2 – Revisão Geral Isolada aos Servidores do Legislativo
 - 10.4.3 – Índice a ser aplicado para efeito de Revisão Geral.
 - 10.4.4 – Redução dos Subsídios dos Vereadores
- 10.5 – Décimo Terceiro Subsídio dos Agentes Políticos
- 10.6 – Pagamento de Sessões Legislativas Extraordinárias
- 10.7 – Verbas Indenizatórias
- 10.8 – Verbas de Gabinete do Vereador

■ ALIENAÇÃO DE BENS DO LEGISLATIVO

- 11.1 – Inventário Analítico do Legislativo Municipal

■ JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO

- 12.1 – Roteiro para julgamento das Contas Municipais

■ CONTROLE INTERNO NO LEGISLATIVO

- 13.1 – Estrutura Organizacional do Legislativo Municipal
- 13.2 – Funções do Controle Interno do Legislativo Municipal